

RESPONSABILIDADE SOCIAL

ROSÂNGELA MAIORANA KZAN

rs@oliberal.com.br

Amazônia longe de alcançar os ODM

OUTRA REALIDADE

Indicadores da ONU e de outras pesquisas dizem pouco também sobre o Estado do Pará

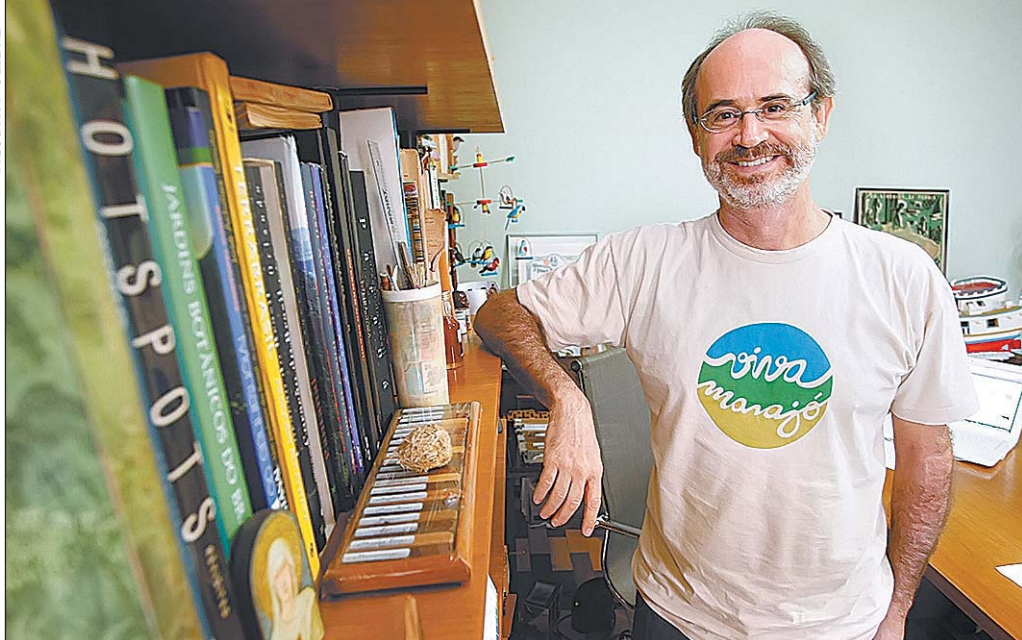
ANNA PERES
Da Redação

Há 16 anos, o Instituto Peabiru percorre municípios da Amazônia Legal para promover o fortalecimento da organização social capaz de transformar povos e comunidades tradicionais em protagonistas de suas realidades. E é em meio a ribeirinhos, quilombolas, indígenas e pequenos agricultores familiares que fica mais fácil perceber o quanto a região está longe de alcançar os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, e cujo prazo se encerra no ano que vem. “Se o Brasil apresenta um índice ruim, digamos que para gravidez na adolescência, no Pará você precisa multiplicar esse índice por dois e para o interior do estado precisaríamos multiplicar por quatro”, argumenta João Meirelles, diretor geral do Peabiru.

Para Meirelles, os indicadores da ONU e mesmo de outras pesquisas do gênero dizem pouco sobre a realidade amazônica ou mesmo do Pará, um estado com dimensões continentais e geografia tão diversa. “Existe uma disparidade entre o meio urbano e o rural. Nos estados da região existe um grande centro urbano e algumas médias cidades, que concentram uma parcela considerável da população e das políticas públicas, enquanto no meio rural há um enfraquecimento muito grande”. Ano passado, ao publicar um balanço sobre os progressos obtidos e os desafios persistentes dos ODM, a ONU reconheceu grandes disparidades regionais em relação à média global. Mundialmente, a organização considerou que boa parte das metas sociais foram atingidas ou estão bem encaminhadas.

Estabelecidos pela ONU em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio propõem metas para melhorar indicadores de pobreza, educação, saúde, desigualdade de gênero, mortalidade infantil e materna e de meio ambiente. Os ODM têm metas a serem cumpridas até 2015.

Em 2010, a Articulação Regional Amazônica (ARA) – rede internacional formada por 51 instituições de nove países da Amazônia continental (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa) e seus aliados – já havia chamado atenção para o distanciamento da região no cumprimento dos Objetivos do Milênio. Segundo o relatório “A Amazônia e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio”, apesar das melhorias alcançadas na maioria dos indicadores desde a década de 1990, os avanços não foram



João Meirelles: índices dizem pouco sobre a realidade da Amazônia e do Pará

significativos e ainda deixam os índices regionais abaixo das médias nacionais. Naquele ano, dos oito objetivos estabelecidos, apenas um tinha sido alcançado na parte amazônica de todos os países analisados: a eliminação da desigualdade de escolaridade entre homens e mulheres.

O contraste entre a região e o restante do país aparece também no estudo “Índice de Progresso Social (IPS) na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2014”, realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e divulgado agora em agosto. Para se ter uma ideia, de acordo com a última edição do IPS global, lançada em abril, o Brasil aparece na 46ª posição de um ranking com 132 países. Se fosse um país, a Amazônia ocuparia o 93º lugar nesse mesmo ranking. Segundo o relatório do Imazon, a região tem um IPS geral de 57,31, considerando uma variação que vai de zero (pior nível) a 100 (melhor nível). O IPS nacional é de 67,73. “De fato, a região apresenta resultados inferiores à média do Brasil para todas as dimensões e quase todos os componentes do IPS. Embora no relatório usemos a média dos municípios brasileiros para avaliar e comparar o desem-



Adalberto Veríssimo: IPS também não é favorável

penho da região amazônica, é importante ressaltar que o progresso social do Brasil medido pelo IPS tampouco é favorável”, afirma o pesquisador Adalberto Veríssimo, um dos responsáveis pelo levantamento.

Segundo Veríssimo, o IPS foi idealizado a partir do entendimento de que medidas

de desenvolvimento baseadas apenas em variáveis econômicas não são insuficientes para retratar as condições de vida de uma população. “Crescimento econômico sem progresso social resulta em exclusão, descontentamento, conflitos e degradação ambiental”, ressalta. No caso do IPS são utiliza-

“Existe uma disparidade entre o meio urbano e o rural”

dos apenas indicadores de resultados. Ou seja, ao invés dos dados de quanto se investiu em setores como saúde, educação e segurança, busca-se os resultados desses investimentos. “Ou seja, qual é a taxa de alfabetização resultado dos investimentos, qual é a qualidade da educação expresso na nota do Ideb”, explica. Para o pesquisador, o índice, que foi criado em 2013, deve ser visto como uma ferramenta prática que prefeitos e governadores da Amazônia podem consultar e utilizar para orientar seus investimentos sociais.

REGIONALIZAÇÃO

Nesse sentido, o IPS vai ao encontro daquilo que defende João Meirelles, do Instituto Peabiru, que é a regionalização das políticas públicas levando-se em consideração as particularidades de cada mesorregião e microrregião. “Uniformizar um índice para o Pará é totalmente insatisfatório. Se enxergamos o estado como mesorregiões vamos começar a entender, porém, o mais importante é compreender as microrregiões. Aqui mesmo em Belém, os indicadores da cidade não se aplicam nas ilhas, onde a realidade é completamente diferente”, afirma.

O IPS, de acordo com Veríssimo, é o primeiro conjunto amplo de indicadores (43 no total) a revelar de forma mais precisa a situação social de cada um dos 772 municípios da Amazônia. “De fato, dá para saber o placar social de qualquer município da Amazônia considerando os temas de nutrição, moradia, saúde, saneamento, segurança, comunicação, educação, meio ambiente, direitos individuais, tolerância e inclusão e acesso ao ensino superior”, enumera, completando que há diferenças significativas entre os municípios.

Os objetivos do milênio da ONU



Acabar com a fome e a miséria



Igualdade entre sexos e valorização da mulher



Combater a AIDS, a malária e outras doenças



Melhorar a saúde das gestantes



Educação básica de qualidade para todos



Reduzir a mortalidade infantil



Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente



Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento

ARTE: AIRTON MASCIMENTO / O LIBERAL

Isolamento dificulta acesso a condições básicas de cidadania

Parece óbvio que uma população consiente de seus direitos tenha mais acesso a esses mesmos direitos. No caminho inverso, quanto mais distante da informação mais distante das condições básicas da cidadania. Por isso, o isolamento em que vivem algumas comunidades na região amazônica serve, em parte, para explicar índices quase sempre negativos em relação à nutrição, moradia, saúde, saneamento, segurança, comunicação, educação, meio ambiente, direitos individuais, tolerância e inclusão.

“Há dificuldade dos programas sociais conseguirem chegar nas regiões mais remotas

da Amazônia. Infraestrutura precária de transporte e comunicação também dificultam o progresso social. A extensão continental da região, as condições climáticas específicas (alto índice de chuvas), impõem desafios adicionais ao desenvolvimento social”, explica Veríssimo. “Além disso, o processo de ocupação desordenada e o desmatamento associado geram conflitos sociais e aumento da violência, o que reflete nos indicadores de segurança da região”, completa, lembrando que as cidades da região, onde residem 72% da população, ainda precisam melhorar muito nas áreas de saneamento, onde “os indicadores são indefensáveis”,

e mobilidade urbana.

Para o Instituto Peabiru, a solução pode estar em um processo ainda pouco comum e que deve ser iniciado dentro de cada comunidade, município e microrregião. “As pessoas precisam despertar para seus direitos básicos, entender os problemas e participar das tomadas de decisões que, hoje, ainda delegamos a vereadores, prefeitos, governadores”, defende Meirelles.

Criado há 16 anos, o trabalho do instituto é “despertar” essa cidadania, sobretudo entre as comunidades e populações tradicionais e pequenos agricultores familiares. A ONG incentiva a participação

popular através da criação de associações e cooperativas, mas ressalta que o processo precisa ser democrático. “Governos, ONGs, academia, precisam entender que não adianta tentar impor, é preciso que seja uma necessidade da própria comunidade e é preciso respeitar o tempo das comunidades”, diz. Muitas vezes a organização social esbarra na falta de conhecimento. “As pessoas não sabem fazer isso legalmente.”

Para o diretor, avanços sociais na Amazônia só serão possíveis através dessa articulação. Não só entre comunidades, mas também entre municípios e microrregiões.

“Nos falta esse pertencimento, essa identidade regional, e isso se reflete no poder público”, observa. “O tecido social no Pará ainda é muito frágil, falta interesse em participar dos espaços públicos e isso precisa ser ativado”, completa Meirelles.

✓ Serviço

Acesse o resultado completo do IPS Amazônia www.ipsamazonia.org.br
Conheça o Instituto Peabiru www.peabiru.org.br
Saiba mais sobre os Objetivos do Milênio www.objetivosdomilenio.org.br

AGENDA-SE

✓ Curso Internacional de Liderança Sustentável

Uma semana de imersão, estudos e reflexões com os maiores pensadores da atualidade: a consultoria Ideia Sustentável, em parceria com o Instituto Toposofia, vai levar executivos brasileiros para um curso especial na Universidade de Paris-Sorbonne entre os dias 27 de outubro e 02 de novembro. Trata-se do programa “Journées d'études à la Sorbonne 2014 – Liderança Sustentável para uma Nova Economia”, que contará com aulas de Edgard Morin, Michel Maffesoli, George Blanc, Michel Puech, Stéphane Hugon, Massimo Di Felice e Ricardo Voltolini. A dinâmica inclui encontros presenciais e visitas a projetos sustentáveis desenvolvidos por empresas francesas, além de passeios culturais e um itinerário gastronômico. O objetivo é reunir um grupo de 20 líderes brasileiros – entre gerentes, superintendentes, diretores de sustentabilidade ou executivos interessados no tema – para que possam conviver e dialogar com renomados pensadores. Inscrições €3.500. Mais informações: <http://www.ideiasustentavel.com.br/lideres/>

✓ Semana da Cidadania

De 1º a 6 de setembro, o Centro Universitário Senac – Santo Amaro promove a Semana da Cidadania. A ação tem como objetivo promover a reflexão sobre conceitos de sustentabilidade, inclusão e responsabilidade social. O evento conta com uma programação diversificada como palestras, exposições, oficinas, entre outras, acerca da temática. A semana também é composta por atividades abertas ao público e que não precisam de inscrição, tais como as intervenções Não Existe Lixo Pequeno, Plante a Cidadania e Leve Este Livro e a exposição Logística Reversa: conscientização sustentável. Participação gratuita. Mais informações: telefone (11)5682-7300 e-mail: universitariosantoamaro@sp.senac.br

✓ Ética e Responsabilidade Social

O curso trata da forma como a Responsabilidade Social Corporativa se desenvolveu ao longo dos anos, bem como das razões pelas quais as empresas têm procurado adotar modelos de gestão com vistas à sustentabilidade. Analisar os conceitos que envolvem a prática de uma empresa socialmente responsável no mundo contemporâneo - a ética e o desenvolvimento da ética empresarial, e a implementação dos códigos de ética. Valor do Investimento: até 12/11/2014: 1ª Opção: R\$ 880,00, sendo matrícula (1 de R\$ 880,00) ou (6 de R\$ 146,67) no cartão de crédito ou matrícula (1 de R\$ 880,00) no boleto. 2ª Opção: R\$ 891,00, sendo matrícula (1 de R\$ 297,00) e parcelado (2 de R\$ 297,00) no boleto. Pré-requisito: Nenhum. Início do curso: 01/12/2014. Período de inscrição: até 12/11/2014. Carga horária: 30 horas. Duração: 9 semanas. Contatos: (21) 3799-6676 ou (11) 3799-3494 | contatofgvonline@fgv.br